

Do cuidar ao civilizar: a questão da infância no alvorecer da República

*From caring to civilizing: the question of childhood
at the dawn of the Republic*

*Del cuidado a la civilización: la cuestión de la
infancia em los albores de la República*

Adriano Rosa da Silva¹

 [0009-0005-2584-0713](https://orcid.org/0009-0005-2584-0713)

Resumo: O presente estudo realiza uma análise histórica e crítica sobre a constituição da educação infantil no Brasil, com enfoque na intersecção entre políticas públicas, práticas médico-higienistas e a tutela estatal da infância pobre entre o final do século XIX e o início do século XX. A pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada em revisão bibliográfica, dialoga com autores como Kuhlmann Junior, Rizzini, Gondra, Priore e Marcílio, entre outros, para compreender como o discurso higienista e as teorias deterministas europeias contribuíram para a medicalização e moralização da infância. Evidencia-se que a assistência à infância “desvalida”, legitimada pela filantropia e pela medicina social, funcionou como instrumento de controle e disciplinamento das classes subalternas, reforçando as hierarquias sociais e a hegemonia das elites urbanas. A análise revela, ainda, que a educação infantil emergiu não apenas como espaço pedagógico e de cuidado, mas como instância de regulação social, ancorada nos ideais de progresso e civilização próprios da modernidade republicana brasileira.

Palavras-chave: História da Educação. Infância. Primeira República.

Abstract: This study presents a historical and critical analysis of the constitution of early childhood education in Brazil, focusing on the intersection between public policies, medical-hygienist practices, and state guardianship of poor children between the late 19th and early 20th centuries. The qualitative research, grounded in a literature review, engages with authors such as Kuhlmann Junior, Rizzini, Gondra, Priore, and Marcílio, among others, to understand how hygienist discourse and European deterministic theories contributed to the medicalization and moralization of childhood. It is evident that assistance to "disadvantaged" children, legitimized by philanthropy and social medicine, functioned as an instrument of control and discipline of the subordinate classes, reinforcing social hierarchies and the hegemony of urban elites. The analysis also reveals that early childhood education emerged not only as a pedagogical and care space but also as an instance of social regulation, anchored in the ideals of progress and civilization inherent in Brazilian republican modernity.

Keywords: History of Education. Childhood. First Republic.

Resumen: Este estudio presenta un análisis histórico y crítico de la constitución de la educación infantil en Brasil, centrándose en la intersección entre las políticas públicas, las prácticas médico-higiénicas y la tutela estatal de los niños pobres entre finales del siglo XIX y principios del XX. La investigación cualitativa, basada en una revisión bibliográfica, aborda a autores como Kuhlmann Junior, Rizzini, Gondra, Priore y Marcílio, entre otros, para comprender cómo el discurso higienista y las teorías deterministas europeas contribuyeron a la medicalización y moralización de la infancia. Es evidente que la asistencia a los niños «desfavorecidos», legitimada por la filantropía y la

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Analista Pedagógico e Assessor de Ensino do Quadro Permanente no Serviço Público Federal. *Lattes:* [7228184007145445](https://lattes.cnpq.br/7228184007145445) - *E-mail:* adriano.uff@hotmail.com.



medicina social, funcionó como un instrumento de control y disciplina de las clases subordinadas, reforzando las jerarquías sociales y la hegemonía de las élites urbanas. El análisis también revela que la educación infantil surgió no solo como un espacio pedagógico y de cuidado, sino también como una instancia de regulación social, arraigada en los ideales de progreso y civilización inherentes a la modernidad republicana brasileña.

Palabras-clave: Historia de la educación. Infancia. Primera República.

Introdução

Este estudo analisa a trajetória histórica da educação infantil no Brasil, com ênfase na interseção entre as políticas públicas, práticas médicas higienistas e a tutela estatal da infância pobre entre fins do século XIX e início do século XX, à luz de autores como Kuhlmann Junior (2002). O problema central da pesquisa reside na análise crítica da instrumentalização da assistência à infância considerada *desvalida*, que, sob a égide da medicina social e da filantropia, articulou-se como mecanismo de controle social e disciplinar em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais. Nesta via, interessa observar que o objetivo precípuo do estudo consiste em compreender como o discurso higienista, aliado às teorias deterministas europeias, contribuiu para a medicalização e moralização da infância, visando à regulação dos comportamentos das classes subalternas em consonância com os interesses da elite dominante. Para elucidar essas questões, buscou-se referencial teórico mediante material bibliográfico atinente a essa temática. Ainda sob esse pensamento, urge salientar que a metodologia adotada compreendeu a revisão de literatura, por meio da pesquisa qualitativa descritiva, permeada por abordagens teóricas interdisciplinares. Foram examinados estudos acadêmicos já publicados e documentos oficiais que delineiam as políticas sociais, a atuação dos médicos higienistas e as instituições educacionais voltadas à infância, tais como as creches, as escolas maternais e os institutos de menores no Brasil, na passagem do Império para a República, como bem retrata Arantes (2011).

Tendo por escopo proceder à uma problematização do tema investigado, após a seleção das fontes primárias e secundárias, sobretudo, por meio de uma pesquisa em banco de dados acadêmicos e bibliotecas digitais, foi realizada uma leitura detalhada e crítica dos textos selecionados. Nesse horizonte analítico, este processo envolveu a identificação dos principais argumentos, conceitos e teorias apresentadas pelos autores, como um retrovisor. As informações coletadas foram organizadas em temas específicos para facilitar a discussão e

análise dos tópicos abordados no estudo. Sob esse prisma, a partir da análise crítica, foi elaborada uma síntese das principais contribuições dos autores, relacionando-as com o contexto educacional do período, no sentido de prescrutar e analisar o objeto de estudo². Nessa direção, as concepções teórico-metodológicas que embasam esse texto sobre as questões relacionadas à educação higiênica e civilizatória e às ações de filantropia direcionadas à infância no Brasil na Primeira República, podem ser encontradas em autores como Rizzini (1993; 2004; 2011), Kuhlmann Junior (2001; 2002; 2004), Gondra (2000), Priore (2018), Marcílio (1998; 2006), entre outros pesquisadores os quais foram revisitados em sua teoria, haja vista terem sido encontradas nessas obras fecundas reflexões críticas sobre a perspectiva educacional brasileira e a assistência à infância naquele contexto histórico-social analisado. Nessa senda, é preciso, pois, considerar a infância

[...] como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história (Kuhlmann Junior, 2004, p. 30).

Com base em Priore (2018), entre os séculos XIX e início do XX, a infância pobre passou a ser objeto de crescente interesse da elite republicana, cuja preocupação impulsionou a constituição de uma rede institucional ancorada nos princípios da higiene, da puericultura e da ordem pública. Assim, médicos higienistas, intelectuais positivistas e reformadores sociais não apenas legitimaram a assistência à infância como responsabilidade do Estado e da sociedade *ilustrada*, mas também instrumentalizaram o cuidado como prática de disciplinamento dos corpos, em nome da cientificidade e do progresso, “[...] dentre os conceitos da Modernidade, a perspectiva de *progresso* foi uma presença constante no discurso de intelectuais na virada do século XIX para o XX” (Torres, 2012, p. 39). Nesse processo, segundo Marcílio (2006), a filantropia ocupou papel estratégico, ao mediar a relação entre o público e o privado, fornecendo suporte institucional às práticas assistenciais e promovendo a legitimação moral das elites urbanas. As crianças denominadas *desvalidas*, *expostas* ou *enjeitadas* foram, então, inseridas em projetos educativos que, em nome da caridade ou da ciência, ocultavam dispositivos de segregação e normatização. O que exige

² No alvorecer dos tempos republicanos, as questões educacionais - e, em especial, a que se referia à difusão da instrução pública - ocuparam posição destacada na agenda de intelectuais e políticos comprometidos com os mais diversos projetos voltados para a viabilização do Brasil como nação capaz de trilhar os caminhos do progresso e da civilização (Torres, 2012, p. 17).

uma leitura crítica das interfaces entre saberes e poderes que constituíram essas práticas filantrópicas e dos mecanismos simbólicos e materiais que, sob o signo do cuidado, operaram a medicalização e o controle das crianças das camadas populares, conforme Rizzini (1993).

À luz de Gondra (2000), almeja-se compreender que a educação infantil não se constituiu apenas como um espaço de cuidado e desenvolvimento pedagógico, mas, sobretudo, como um instrumento estatal e científico de vigilância e disciplinamento social. Com isso, a assistência à infância pobre se apresentou como um campo de disputa pelo controle dos corpos e das práticas cotidianas, legitimado pela retórica da higienização, moralização e progresso civilizatório, reforçando, portanto, as hierarquias sociais e a hegemonia da elite urbana, tendo como recorte espaço-temporal, o Rio de Janeiro na Primeira República, “[...] boa parte dos textos produzidos nesse período apontava para o caráter ‘civilizador’ da educação, chamando a atenção de seus leitores para a importância de preparar os alunos para o bom desempenho de suas funções cívicas” (Torres, 2012, p. 39). Nesse prisma, Rizzini (2011) defende que a institucionalização da infância esteve, desde suas origens, subordinada a um complexo entrelaçamento de discursos médicos, jurídicos, morais e pedagógicos, que transformaram a criança em objeto de intervenções normativas. Dessa forma, entender a gênese das ações de cuidado e proteção infantil no Brasil implica reconhecer a sua inserção em uma lógica de medicalização e tutela que, ao invés de emancipar, buscava domesticar a infância *deserdada da sorte*, concebendo-a como ameaça à ordem pública e, ao mesmo tempo, como promessa de regeneração nacional, buscando moldá-la segundo os imperativos da civilidade moderna, como reforça Torres (2012).

Análise histórica e da historiografia sobre a questão da infância no Brasil

Interessa observar que esta pesquisa se insere no campo da história da educação e da infância. O *corpus* da pesquisa inclui conteúdos mapeados a partir da consulta às páginas eletrônicas e banco de dados de bibliotecas digitais. Assim, conforme elucida Priore (2018), a formulação do conceito moderno de infância remonta ao Iluminismo³ do século XVIII, representando uma construção social vinculada aos ideais da época⁴. O que remete à análise de Boto (2017, p. 344), de que “[...] as concepções de ciência, infância e escola compõem o

³ Os iluministas compreendiam que a instrução conduziria não apenas a um acréscimo de conhecimento no sujeito, mas também a um aprimoramento moral do indivíduo que se instrui (Boto, 2017, p. 27).

⁴ Educar tornava-se, pois, a ação por meio da qual cada um dos alunos deveria adquirir os princípios éticos e morais considerados fundamentais à convivência social (Mattos, 1994 *Apud* Torres, 2012, p. 45).

que há de mais fundamental na dimensão pedagógica do pensamento iluminista”. No entanto, no século seguinte, observava-se uma notória disparidade nas vivências infantis, enquanto as crianças pertencentes às elites sociais desfrutavam de proteção e oportunidades, as oriundas das camadas populares eram relegadas à marginalização (Priore, 2018). Nessa senda, Rizzini (2011) corrobora essa leitura ao afirmar que a concepção médico-higienista, base do projeto civilizatório das últimas décadas do século XIX e início do século XX, servia de matriz para a estruturação de uma nova sociedade. A infância era concebida como núcleo fundamental desse projeto regenerador⁵. Nessa direção, destaca-se como pano de fundo desse contexto que, segundo Gondra (2000), com a proclamação da República, a denominada *questão da infância*, cuja marca mais evidente era a elevada taxa de mortalidade infantil, tornou-se incompatível com as novas sensibilidades morais e os imperativos civilizatórios do período, passando, então, conforme aponta o autor, a ser percebida como um obstáculo ao projeto de construção da identidade nacional.

Em todos os países da Europa a mortalidade infantil preocupa a atenção de higienistas e, entre nós, deve fazê-lo mais seriamente, por precisarmos de aumentar rapidamente a nossa população cuja a exiguidade contrasta com a vastidão de zonas extesíssimas e inhabitadas. Acresce que, como é força confessar, no Brasil, a mortalidade das crianças é avultadíssima e, proporcionalmente, maior que a da Europa (sic!) (*O Brasil-Médico*, 1897, p. 57).

À vista disso, Gondra (2000) afirma que a valorização crescente da infância e a concomitante demanda por sua proteção motivaram uma articulação de iniciativas nas áreas da saúde e da educação. Essas ações reuniram setores da intelectualidade urbana na elaboração de projetos reformistas fundamentados, sobretudo, nos preceitos da higiene pública⁶, “[...] com o lema, *o Rio civiliza-se*, potencializou-se o sentido máximo das iniciativas de intervenção concebidas para a cidade” (Câmara, 2010, p. 81). Na lógica do pensamento de então, “[...] um projeto político que efetivamente transformasse o Brasil numa nação civilizada implicava na ação direta sobre a infância. Moldá-la de acordo com o que se queria para o país” (Rizzini, 1993, p. 107).

⁵ A defesa da infância, fase em que a saúde e a vida correriam mais riscos, ganhou dimensão de uma cruzada visando à salvação nacional (Marinho, 2019, p. 155).

⁶ Ao demarcar e inscrever na paisagem da cidade os ideais modernizantes, higiênicos e saneadores proclamados pela República, os reformadores urbanos, a exemplo de Pereira Passos e seus sucessores, sobretudo engenheiros, procuraram estabelecer os referenciais para uma nova simetria urbana. O que trouxe forte impacto sobre a organização espacial da cidade, uma vez que esta foi objeto de vários projetos de reforma de sua paisagem urbana (Câmara, 2010, p. 83).



Desse modo, segundo Gondra (2000), a infância passou a ser concebida não apenas como uma etapa vulnerável da vida, mas como um fenômeno social e político, cuja tutela deveria ser associada à prevenção de patologias sociais, em consonância com a retórica nacionalista vigente durante a Primeira República, em que “[...] a ideia de salvação da criança confunde-se com a proposta de salvação do país, um país a ser moldado como se molda uma criança” (Rizzini, 1993, p. 107). Câmara (2010) reforça essa perspectiva ao assinalar que as práticas caritativas, educacionais e de assistência à infância passaram a ser reconfiguradas sob o lema de *salvar a criança*. Esse discurso era amplamente difundido pela imprensa da época, que registrava iniciativas públicas e privadas voltadas à proteção da infância *desvalida*, destacando a atuação de indivíduos e instituições que se dedicavam a essa causa emergente.

Tratava-se de combater as carências infantis e, por meio desse combate melhorar o desempenho e desenvolvimento das crianças pobres a um suposto nível ideal – que se traduz numa concepção abstrata de infância, cuja materialização seria a criança abastada (Perea & Ramos, 2020, p. 7).

Nesse mesmo horizonte analítico, Kuhlmann Junior (2002) adverte que a concepção de infância não constitui um dado universal ou estático, ao contrário, trata-se de uma construção histórica intrinsecamente relacionada ao contexto sociocultural em que a criança se insere, ainda que se reconheça a existência de necessidades e especificidades inerentes à condição infantil. Em consonância com o autor em tela, até aproximadamente o século XVI, predominava no imaginário adulto uma representação da criança desprovida de singularidade, evidenciando um desconhecimento profundo acerca de seu universo. Tal percepção, segundo Priore (2018), reforça a tese de que a infância é produto de uma determinada organização social, política e econômica. Sob essa perspectiva, a negligência em reconhecer a especificidade do tempo da infância explica, em grande medida, a precariedade das condições oferecidas às crianças em diversos momentos históricos, desde o desprezo frente à alta mortalidade neonatal até as condições insalubres que afetavam, sobretudo, a população infantil das camadas mais pauperizadas, como referenciado por Rizzini (2011). Na visão da autora, as ações de assistência e proteção começaram, então, a ser planejadas com foco específico nas crianças, sobretudo nas oriundas das classes populares, que se encontravam em condições de vida extremamente precárias (Rizzini, 2011). De sorte que,

[...] era preciso legitimar a jovem República, dar sentido e significado à ruptura estabelecida no campo político, na qual se faziam presentes também os fatores de ordem econômica, religiosa, social e cultural. Para isso, era necessário construir um

novo Estado e elaborar o perfil que daria forma à ‘nova’ Nação (Torres, 2012, p. 49).

Consoante com Priore (2018), cabe ressaltar que a infância, enquanto etapa da vida dissociada do mundo adulto, marcada pelo direito à escolarização e não pelo trabalho precoce, foi primeiramente assegurada às crianças pertencentes às camadas economicamente favorecidas, posteriormente, “[...] as autoridades governamentais que haviam permanecido inertes em termos de realizações objetivas a favor da criança pobre e abandonada começaram a proclamar a necessidade de seu atendimento” (Kramer, 1995, p. 53). Ainda nesse movimento histórico, Priore (2018) assevera que é na era da Modernidade que se intensificam novas concepções acerca da criança e da infância, catalisadas por investigações que ampliaram os saberes relativos aos modos de conhecer e educar as crianças, haja vista que, “[...] do conjunto de temáticas que acabaram sendo incorporadas pela República, e sobre a qual pairava certo ‘otimismo’ na aquisição desses ‘novos valores’, estava a educação” (Torres, 2012, p. 50). Assim, para Rizzini & Rizzini (2004), esses conhecimentos deram origem a formas diferenciadas de atenção à infância, tanto no seio familiar quanto nas instituições, influenciando práticas educativas e assistenciais ao longo de diversos períodos e contextos, desde o período colonial, foram sendo criados no país “[...] colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais surgidas ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época” (Rizzini & Rizzini, 2004, p. 22).

Diante do exposto, Gondra (2000) acrescenta que a inserção concreta das crianças nos diferentes papéis sociais varia conforme a estrutura organizacional da sociedade. Sob essa ótica, para o autor, torna-se evidente que a infância não se constituiu como uma categoria de análise universal ou perene. Pelo contrário, a concepção de infância emergiu no bojo das transformações advindas da sociedade capitalista, urbana e industrial, na medida em que se alteravam tanto a participação da criança no tecido social quanto a percepção de seu papel na coletividade, tal como pontua Gondra (2000). A partir dessa base teórica, é imperioso concordar com Kuhlmann Junior (2002) ao reforçar a correlação indissociável entre a evolução das instituições de educação infantil e as transformações históricas da infância, da sociedade, das configurações familiares, do mundo do trabalho e do processo de urbanização. Nessa senda, o autor sublinha que o percurso da atenção dedicada à infância no Brasil está intimamente atrelado à concepção de criança e à visão de sociedade predominante em cada

época, o que se reflete nos modelos assistenciais e nas abordagens educativas que integram cuidado e instrução. Sobre isso, Paschoal & Machado (2009, p. 79) trazem à superfície que, por um longo período da história, “[...] a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família”, uma vez que “[...] era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura”.

Destarte, segundo sua análise, Kuhlmann Junior (2002) destaca que em cada período histórico, as formulações de políticas públicas, os interesses econômicos e políticos, bem como as representações dos educadores sobre a infância, foram determinantes para delinear as práticas pedagógicas e assistenciais destinadas às crianças, partindo-se do pressuposto de que “[...] a pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para receber” (Kuhlmann Júnior, 2004, p. 182). Nesse esquadro, o autor retromencionado propõe, assim, uma reflexão crítica sobre o atendimento à infância no Brasil, que, entre rupturas e avanços, tem se constituído sob os signos do abandono, da pobreza, do clientelismo e da caridade (Kuhlmann Junior, 2002). Urge salientar que a compreensão de que a imagem da criança estrutura o modelo de acolhimento instituído permite afirmar que tal concepção é moldada constantemente pelas dinâmicas sociais, econômicas e políticas que atravessam os diferentes períodos históricos. Essa compreensão é importante, pois, de forma geral, o cuidado com a infância, no que tange ao período da passagem do Império para a República, era concebido sob a lógica da caridade, protagonizada majoritariamente por religiosos católicos e grupos leigos filantrópicos, conforme Priore (2018).

De acordo com Arantes (2011), as ações educativas e de cuidado com a infância no Brasil remontam ao período colonial, quando a Companhia de Jesus, cuja missão era a catequização, conversão religiosa e expansão da fé católica, desenvolvia ações caritativas voltadas ao amparo das crianças necessitadas. Para a autora supracitada, até meados do século XIX, tais práticas possuíam forte conotação religiosa, sendo quase sempre executadas sob a égide da Igreja Católica. Nesse contexto, a partir do século XVIII, surgem as primeiras instituições formais voltadas à assistência infantil, como a Roda dos Expostos e os Recolhimentos destinados a meninas pobres, frequentemente sob a administração das Irmandades da Misericórdia (Arantes, 2011). É importante assinalar, segundo a autora, que no

contexto da sociedade colonial brasileira, marcada pelo regime escravocrata, a percepção da infância estava profundamente associada à miséria, às enfermidades, à instabilidade das estruturas familiares, à exploração laboral precoce e à violência doméstica, em que práticas como o infanticídio e o abandono de crianças eram recorrentes.

Durante o século XIX, subsistiam ou foram criadas algumas instituições religiosas que tradicionalmente se dedicavam ao recolhimento de crianças orfãs ou enjeitadas. Sem dúvida, foi a Santa Casa de Misericórdia a instituição mais importante. Desde o período colonial, ela assumira o recolhimento de menores enjeitados, uma responsabilidade que os poderes públicos deliberadamente procuravam eximir-se (Fraga Filho, 1996, p. 135).

A esse respeito, Arantes (2011) pontua que, embora formalmente a tutela das crianças pobres fosse uma atribuição das câmaras municipais, na prática, o amparo era promovido essencialmente por meio de iniciativas da sociedade civil, com destaque para a adoção informal. Diante disso, a segunda etapa do processo de institucionalização da assistência infantil, denominada *fase filantrópica*, caracterizou-se pela incipiente presença estatal na organização do sistema assistencial (Arantes, 2011). Para a autora retromencionada, durante esse período, as províncias do Império passaram a implementar um novo modelo que incluía a instrução primária e a formação profissional, tanto para meninos quanto para meninas. Nessa conjuntura, Arantes (2011) defende que a saúde infantil passou a ser o principal foco de atenção das entidades assistenciais, sendo os médicos, representantes da ciência nascente, protagonistas no enfrentamento da mortalidade infantil e no cuidado da mulher, especialmente das mães. Em consonância com Rizzini (2011), o advento do século XX inaugura a etapa do *bem-estar social*, quando o Estado adota uma série de políticas tuteladoras e protetivas voltadas à infância, ampliando seu escopo por meio da criação e regulamentação de diversas instituições públicas dedicadas à primeira infância. Nesse ângulo, Marcílio (1998, p. 134) define o histórico da assistência à criança *desvalida*, dividindo-o em três fases:

[...] a Caritativa, que tem início com o cristianismo, durante o Império Romano, e vai até meados do século XVIII. A segunda fase, sobre a qual nos debruçamos neste estudo, denomina-se Filantropia Científica e engloba o período que vai do século XVIII até meados do século XX. A última fase é a do Estado do Bem-Estar Social, que se encerra na década de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

À luz de Rizzini (2011), nas primeiras décadas do Império, a legislação concernente à infância centrava-se, primordialmente, na preocupação com o *recolhimento de crianças órfãs e expostas*, conforme os ditames da ideologia cristã que imperava sobre as práticas

assistenciais da época. Responsabilidade que caberia às câmaras municipais, desde 1521, podendo, inclusive, instituir tributos para custear tais atividades. Todavia, segundo a autora, como muitos políticos pertenciam às Irmandades da Misericórdia, frequentemente havia conflitos ou descompassos entre a atuação política municipal e a gestão das Santas Casas, sobretudo no que tange à alocação de recursos. Conforme Priore (2018) traz à superfície, desde o período imperial o Estado passou a organizar uma rede de assistência infantil composta por instituições como os Recolhimentos para Meninas Pobres e os Colégios de Órfãos. Sob gestão privada, sobretudo das Irmandades das Misericórdias, mas que recebiam subsídios públicos e estavam sujeitas à regulamentação estatal. Para Arantes (2011), esse arranjo institucional, longe de representar uma exceção, revelava o modelo de colaboração histórica entre o Estado brasileiro e as Misericórdias, instituições confessionais, mas investidas de funções públicas. Por essa razão, a assistência social brasileira foi consolidada sob o signo da caridade cristã.

Por conseguinte, foi nesse contexto que a Santa Casa de Misericórdia implantou no Brasil o sistema da *Roda dos Expostos*, como bem reforça Rizzini (2011), um mecanismo rotativo acoplado à parede da instituição que permitia o abandono anônimo de crianças. O dispositivo possibilitava a entrada da criança para o interior do edifício, sem que houvesse identificação do responsável por sua entrega. Segundo a referida autora, o intuito era resguardar a identidade do depositante e preservar a honra das famílias, sendo essas crianças rotuladas como *enjeitadas* ou *expostas*, tal como aponta Rizzini (2011). Nesse esquadro, Marcílio (2006) afirma que esse sistema da roda dos expostos foi idealizado para acolher infantes órfãos ou abandonados, os quais eram depositados nesse artefato, e, assim, introduzidos na instituição, tudo de maneira sigilosa. Com base na autora, a ideia propagou-se rapidamente pelo mundo ocidental, especialmente em hospitais. No Brasil, a primeira Roda foi instalada em 1783 no Rio de Janeiro, vinculada à Santa Casa de Misericórdia (Marcílio, 2006).

Com o apoio de Marcílio (2006), entre os séculos XVIII e XIX, era alarmante o número de óbitos entre as crianças depositadas nas Rodas, especialmente no Rio de Janeiro, onde a mortalidade era notoriamente mais elevada que em outras localidades brasileiras e estrangeiras que mantinham instituições similares. À luz de Marcílio (2006), a precariedade das condições sanitárias e de higiene das Santas Casas contribuía significativamente para esse

quadro dramático. Sem descurar de que o índice de mortalidade entre os expostos, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, era absolutamente trágico, como aponta a autora supracitada. Estima-se que a maioria dos recém-nascidos deixados na Roda morria no primeiro ano de vida. Dados demonstram que apenas cerca de 20% a 30% conseguiam alcançar a idade adulta (Marcílio, 2006). Assim, apesar do intuito das entidades caritativas de oferecer um abrigo digno e de evitar práticas como o infanticídio e o aborto, suas estruturas precárias e insalubres transformaram tais lugares, paradoxalmente, em *berços da morte*. Grande número de crianças ali acolhidas perecia em decorrência da fome, do frio, de enfermidades diversas e da negligência sanitária, como aponta Marcílio (2006). Após meados do século XIX, aqueles que permaneciam nas Casas dos Expostos até os 12 anos de idade eram direcionados pela Santa Casa de Misericórdia para uma dessas instituições de caráter educativo ou correcional, onde seriam iniciados em ofícios e práticas laborais.

A representação social da infância pobre passou a estar na ordem do dia nas preocupações da nascente República⁷, tendo em vista que “[...] ao governo era atribuída a tarefa de educar e instruir a população e os ‘futuros cidadãos’” (Mattos, 1994 *apud* Torres, 2012, p. 67). Sobre isso, Gondra (2000) destaca que, as práticas assistenciais voltadas a esse segmento começaram a se constituir a partir da consolidação do Estado republicano e se articularam com o processo de profissionalização da medicina, especialmente da pediatria, cujos representantes buscavam legitimação científica e reconhecimento público. Nesse sentido, concorda-se com o autor ao afirmar que ainda que os valores da caridade cristã permanecessem relevantes, vislumbrou-se um esforço de laicização das ações assistenciais e educativas, com o objetivo maior de contribuir para o projeto de construção da nação. À vista disso, Gondra (2000) observa que, desde o final do século XIX, emergiram estratégias sistemáticas voltadas à proteção da infância marginalizada, em que fatores como a industrialização, a urbanização e as transformações nas dinâmicas laborais favoreceram o aparecimento de uma concepção mais racional e planejada de assistência estatal. Essas ações, embora ainda heterogêneas, passaram a envolver tanto a administração central quanto os governos locais, refletindo a complexidade crescente das demandas sociais.

⁷ Cabe ressaltar que a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade. Assim, a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário, a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na comunidade (Kramer, 2006, p. 14).

Nesse ângulo, Arantes (2011) defende que a atuação do Estado no campo da assistência infantil somente começou a tomar forma na segunda metade do século XIX, quando surgiram, na cidade do Rio de Janeiro, as primeiras instituições com a finalidade específica de acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, como o Imperial Instituto de Meninos Cegos (1854), o Imperial Instituto de Meninos Surdos (1855), o Asilo de Meninos Desvalidos, posteriormente renomeado Instituto Profissional João Alfredo (1875), e a Escola Quinze de Novembro (1889). Logo, a partir das últimas décadas do século XIX, observa-se um crescente envolvimento dos poderes públicos nas iniciativas educacionais e de assistência voltadas à infância. No contexto da então Capital Federal, o Rio de Janeiro, numerosas instituições foram fundadas com a finalidade de acolher crianças órfãs ou abandonadas, cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (Kuhlmann Junior, 2004, p. 88). Apesar disso, a responsabilidade pelo cuidado e pela educação das crianças continuava, em grande parte, recaindo sobre instituições religiosas. Congregações diversas assumiram a incumbência de assistir e educar consideráveis contingentes de crianças ditas *desvalidas* ou *enjeitadas*, “[...] uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados” (Kuhlmann Júnior, 2004, p.182).

A proteção e a assistência à infância como um projeto civilizador no Brasil

Este estudo por ser de natureza bibliográfica se baseia na análise e interpretação de materiais já publicados. Nessa linha, após a revisão de literatura, foi possível perceber que, de acordo com Marcílio (2006), a influência das ideias europeias, notadamente o positivismo e as teorias evolucionistas, redefiniu a percepção do ser humano enquanto resultado de fatores biopsicossociais, repercutindo diretamente no pensamento educacional e assistencial brasileiro ao final do século XIX. Assim, em consonância com os argumentos encontrados nas obras analisadas, longe de representar, nesse período, um direito social universal, a infância foi concebida como um campo estratégico de intervenção estatal e filantrópica, sob a

égide de projetos moralizantes, higienistas e de controle social⁸. Tomando esses aspectos como base, cabe aqui pontuar, segundo Torres (2012), que os discursos médico-sanitários, jurídicos e pedagógicos, amplamente inspirados por teorias europeias de cunho positivista, determinista e, em muitos casos, eugenista, forjaram um modelo de assistência que vinculava a infância pobre à desordem, à delinquência e à degenerescência moral, “[...] instruir todas as classes significava romper com as trevas do atraso e da barbárie” (Torres, 2012, p. 67). Nesse sentido, a educação infantil, sobretudo em sua forma institucionalizada, asilos, creches, escolas maternais, jardins de infância, operou como ferramenta de disciplinamento dos corpos e subjetividades, sob o pretexto de promover o bem-estar e o progresso social.

As creches no Brasil surgiram neste cenário para minimizar os problemas sociais decorrentes do estado de miséria de mulheres e crianças. Ao contrário dos países da Europa, em que a expansão das creches derivava da necessidade do atendimento às crianças cujas mães foram recrutadas como mão de obra para as fábricas (Guimarães, 2017, p. 90).

Consoante à análise de Câmara (2010), na transição do século XIX para o XX, profissionais das áreas médica, jurídica, educacional e política, que gradualmente deslocaram seu discurso da esfera da fé e da caridade para os domínios da ciência e do progresso nacional, passaram a reivindicar o controle da assistência à infância pobre. Em face do exposto, a elevada mortalidade infantil, reconhecida como grave problema social, foi assumida como desafio a ser enfrentado pela elite republicana. A autora considera ainda que, dentre esses reformadores, médicos higienistas propuseram um amplo programa de higienização voltado para a maternidade e a infância, identificando como causa principal da mortalidade infantil os transtornos gastrointestinais, em associação com práticas alimentares inadequadas das crianças. Na perspectiva de Gondra (2000), paralelamente à promoção do cuidado materno direto, buscava-se difundir os preceitos da puericultura, concebidos como normas técnicas para a criação dos filhos. Em síntese, concorda-se com Kuhlmann Junior (2002), segundo o qual as famílias marginalizadas, regidas por dinâmicas culturais e estruturais distintas, passaram a ser objeto de intensa vigilância moralizadora e regulatória por parte das classes dominantes e do Estado, cujo discurso afirmava que a segurança social dependia, em grande medida, do controle das famílias pobres e da supervisão rigorosa sobre suas crianças.

⁸ Desde as primeiras décadas do século XX, passou a ter maior aceitação a ideia de que as doenças não eram atributos inevitáveis da natureza infantil, mas obstáculos a serem vencidos, para que os governos pudessem pautar a agenda pública (Marinho, 2019, p. 157).

No que concerne à infância desassistida na Capital Federal, Rio de Janeiro, entre o Império e a República, segundo Marcílio (2006), a assistência era orientada por uma política concebida pela elite dominante, que classificava as crianças em categorias como *órfãs*, isto é, aquelas que perderam um dos genitores, e *expostas* ou *enjeitadas*, denominadas também *desvalidas*, indicando crianças rejeitadas ou desamparadas, termos amplamente utilizados na imprensa e documentos oficiais. Ao final do século XIX, o termo *desvalido* ganhou predominância, identificando a criança em situação de extrema pobreza. Conforme Behring & Boschetti (2016), as camadas mais vulneráveis da população eram submetidas à tutela estatal ou à filantropia, esta última por meio das instituições privadas subsidiadas pelo poder público, legitimadas pelo discurso de atuação em benefício dos *mais necessitados*. Dessa forma, a filantropia serviu como instrumento de legitimação social dessa elite, configurando o modelo predominante de assistência na Primeira República. Conforme expõe Rizzini (2011), em seus estudos, a problemática relativa à infância *desvalida* passou a ser abordada sob os auspícios tanto da justiça quanto da educação e da assistência social, o que culminou na formulação do Código de Menores⁹.

Nesse horizonte analítico, fortemente influenciado pelas doutrinas positivistas e pelos debates internacionais que remodelavam, à época, os paradigmas jurídicos aplicáveis à infância e juventude (Rizzini, 2011, p. 199). Nessa esteira, como bem destaca Holanda (1995), os discursos oficiais, as disposições legais e os escritos de intelectuais que se dedicavam à análise das questões sociais no Brasil refletiam uma busca insistente por modelos oriundos das nações consideradas *civilizadas* e *cultas*. Tal orientação evidenciava uma postura de apropriação, frequentemente acrítica, de soluções formuladas no continente europeu, reforçando dicotomias como *povo culto versus ignorante*, *civilizado versus brutalizado* ou *bárbaro*. Para o referido autor, essa tendência pode ser compreendida à luz da ainda incipiente formação de um sentimento nacional autêntico, marcado por uma profunda dependência simbólica e cultural em relação à Europa (Holanda, 1995). Assim, dado o reconhecido atraso do Brasil e as “[...] incontáveis deficiências de sua gente, a missão que se tinha à frente era não só a de educar as crianças para uma nação forte, mas a de educar um

⁹ O Código de Menores, de autoria de Mello Mattos, foi apresentado na Câmara Federal pelo senador Mendonça Martins e aprovado em julho de 1926. O projeto foi submetido e sancionado pelo presidente da República no de 1º de dezembro de 1926 e transformado na Lei nº 5.083. No dia 12 de outubro de 1927 foi instituído o Decreto nº 17.943, que consolida o Código de Menores e nessa data também se passou a comemorar o Dia das Crianças (Falcão, 1995 *apud* Soares, 2019, p. 487-488).

povo criança - um povo que se encontrava ainda em sua fase de infância” (Rizzini, 1993, p. 107).

As primeiras instituições na Europa e Estados Unidos tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto às mães saíam para o trabalho. Desta maneira, sua origem e expansão como instituição de cuidados à criança estão associadas à transformação da família, de extensa para nuclear [...] as creches, escolas maternais e jardins de infância tiveram, somente no seu início, o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças (Paschoal & Machado, 2009, p. 80).

Diante do exposto, interessa tecer que, em 1861, foi instituído o Instituto de Menores Artesãos, destinado à reclusão daqueles considerados de má índole ou provenientes de famílias moralmente inadequadas, visando sua educação moral, religiosa e profissional (Rizzini & Pilotti, 2011). No entanto, a autora defende que o instituto exercia também o *controle corporal* mediante castigos físicos, instituindo uma tutela estatal que equiparava a criança pobre ao delinquente. Em termos comparativos, em 1826, na França, surgiram as salas de asilo, voltadas para a assistência moral e intelectual de crianças entre três e seis anos, enquanto as creches atendiam as crianças menores de três anos. Nesta via, Kuhlmann Junior (2002) destaca que, em 1848, a França instituiu as escolas maternais com o propósito de substituir as salas de asilo, buscando melhorar o atendimento das crianças pobres, que até então eram submetidas a condições precárias e exercícios extenuantes. As escolas maternais tinham caráter educativo e priorizavam o desenvolvimento integral da criança, em contraponto às antigas salas de asilo, destinadas meramente à guarda das crianças, contudo, o atendimento manteve características tradicionais, permanecendo o preconceito às instituições dedicadas à infância pobre (Kuhlmann Junior, 2002). Em Portugal, desde 1834, as casas de asilo tinham finalidade pedagógica além do cuidado alimentar e corporal. Na Itália e na Holanda, instituições similares foram criadas durante a primeira metade do século XIX, sendo creches, escolas maternais e jardins-de-infância de Froebel as modalidades mais difundidas (Kuhlmann Junior, 2001)¹⁰.

Os primeiros nomes dessa instituição são reveladores do seu propósito: *garderie*, na França; *asili*, na Itália; *écoles gardiennes* na Bélgica. Até hoje, *guardería* é a expressão usada em vários países latino-americanos para referir-se à instituição que atende às crianças menos de 3 anos. ‘Guarda da criança’ também foi a expressão

¹⁰ O jardim de infância, criado por Froebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternais – ou qualquer outro nome dado à instituição com características semelhantes às Salles d’asile francesa – seriam assistências e não educariam para a emancipação, mas à subordinação (Kuhlmann Junior, 2001, p. 73).

que traduzia a intenção nos primórdios dessa instituição no Brasil (Didonet, 2001, p. 12).

Em linhas gerais, buscou-se abordar nesta pesquisa, a política social tal como foi efetivada no Brasil, isto é, conforme amplamente debatido por Behring & Boschetti (2016), cujo principal objetivo é a intervenção nas *questões sociais*, como as iniciativas de difusão da instrução pública, sobretudo entre as classes populares, que podem ser entendidas “[...] como um dos instrumentos encontrados pelas autoridades para conter o avanço das ameaças do chamado ‘perigo social’” (Torres, 2012, p. 41). Destacando-se a importância do saber médico e do saber jurídico tanto na construção do ideário do chamado *Brasil Moderno*, como numa constituição embrionária das políticas de assistência à infância na Primeira República. Para Gondra (2000), os esforços do poder público foram direcionados à organização de novos espaços sociais e à delimitação do lugar da infância pobre dentro da cidade modernizada. A racionalidade médico-higienista tornou-se uma das principais ferramentas para esse processo. Os profissionais da medicina, imbuídos da missão civilizatória, propuseram uma série de medidas de natureza profilática, educativa e disciplinar, com o intuito de reduzir os altos índices de mortalidade infantil e preservar a saúde pública. A ciência médica foi mobilizada como instrumento de salvação da infância, sendo seus preceitos aplicados tanto nas práticas familiares quanto nas instituições de acolhimento e educação¹¹.

Ainda nesse contexto, os resultados indicam que, no bojo do processo de urbanização e industrialização aceleradas na cidade do Rio de Janeiro, observadas especialmente ao fim do século XIX e início do século XX, a sociedade da Capital Federal passou por profundas mudanças de ordem política, econômica e cultural, tal como Holanda (1995) lança luz em sua análise. O dinamismo econômico provocou intensos fluxos migratórios, contribuindo para um aumento expressivo da população urbana. Essa nova configuração demográfica impunha ao poder público a necessidade de organizar o espaço urbano e atender às exigências de uma elite que almejava a modernização da cidade, ancorada em modelos europeus. Tomando como parâmetro Velloso (1996), ao mesmo tempo em que a cidade se expandia e se densificava, normas eram promulgadas com o intuito de impedir que as camadas populares interferissem no projeto de civilidade e progresso proposto pelas classes dominantes. Em suma, compreender o percurso histórico da educação e da infância no Brasil é uma estratégia

¹¹ Para garantir a segurança infantil, as famílias deveriam ser orientadas para a sua criação, sendo as mães o alvo preferencial dessa iniciativa (Marinho, 2019, p. 156).



crítica de compreensão das estruturas sociais que moldam as políticas públicas (Behring & Boschetti, 2016). Por fim, revisitá-la sob a ótica da justiça social, dos direitos humanos e da pedagogia emancipadora constitui um passo fundamental para a superação de práticas ainda pautadas por resquícios de tutela, caridade e exclusão, avançando, assim, rumo a uma educação verdadeiramente cidadã e inclusiva.

Considerações Finais

À guisa de conclusão, a análise histórica da constituição da educação infantil no Brasil, especialmente entre o final do século XIX e início do século XX, permite elucidar um panorama de significativas assimetrias entre os discursos de proteção à infância e as práticas concretas de atendimento às crianças das camadas populares, à luz dos autores trabalhados como Gondra (2000). Ao refazer o percurso histórico da prática da institucionalização, verificou-se no estudo a renitente continuidade de uma cultura de exclusão de crianças que se inicia ainda no âmago das políticas ditas de proteção. É inatacável a assertiva de que a constituição histórica da educação infantil no Brasil encontra-se imbricada em complexas dinâmicas políticas, sociais e ideológicas que extrapolam a mera função educativa e revelam, em sua gênese, profundas estratégias de controle social e moralização dos sujeitos das camadas populares (Marcílio, 1998). Nesta via, com base em Rizzini & Pilotti (2011), ficou patente que as instituições voltadas à infância, creches, asilos, escolas maternais e institutos de menores, surgem como aparatos articulados a um ideário civilizatório, fortemente influenciado por discursos médicos, jurídicos e filantrópicos, não apenas como espaço de acolhimento ou desenvolvimento pedagógico da criança.

Desse modo, é conveniente ressaltar que os resultados desta análise evidenciam que a infância pobre foi sistematicamente submetida a um regime de tutela e de controle, por sua condição etária e por sua posição social, conforme Câmara (2010). A atuação de médicos higienistas, reformadores e filantropos, embora revestida de um discurso científico e moralmente elevado, contribuiu para a naturalização das desigualdades e para a perpetuação de uma lógica de exclusão, em que a criança era vista como objeto de intervenção, e não como sujeito de direitos. Ademais, segundo Perea & Ramos (2020), as políticas assistenciais, muitas vezes fragmentadas e desprovidas de articulação sistêmica reforçaram o domínio do setor privado (religioso e filantrópico), com forte apoio do Estado, especialmente no



período da Primeira República, consolidando um modelo híbrido de assistência que, embora tivesse nuances de proteção social, respondia prioritariamente à lógica da ordem, do trabalho e da moralidade pública. Acerca disso, a filantropia, longe de configurar-se como simples expressão de solidariedade, operou como mecanismo de legitimação de uma nova elite urbana e de apropriação de espaços públicos por interesses privados (Velloso, 1996).

Em face de tudo o que foi exposto, torna-se necessário problematizar as raízes assistencialistas e tuteladoras da educação infantil no Brasil, cujos resquícios ainda reverberam nas políticas educacionais contemporâneas, tal como aponta Soares (2019). Apesar dos avanços jurídicos e institucionais promovidos, com destaque para a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), ainda persistem desafios relacionados à universalização do acesso, à qualidade do atendimento, à valorização dos profissionais da educação infantil e ao reconhecimento da criança como sujeito histórico, político e de direitos. Neste cenário, consoante com Guimarães (2017), é urgente a reinterpretção crítica da história da proteção à infância e da educação infantil¹², capaz de desconstruir as narrativas fundadas na caridade e no assistencialismo. É preciso, portanto, retomar a infância como categoria social e política, resgatando seu protagonismo e reconhecendo suas múltiplas expressões culturais e subjetivas, como reforça Kramer (2006). Essa ressignificação passa, necessariamente, pela valorização da educação pública, laica, gratuita e de qualidade desde os primeiros anos de vida, ancorada em princípios democráticos.

Referências

Arantes, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. *In*: Rizzini, Irma & Pilotti, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 153-202.

Behring, Elaine Rossetti; & Boschetti, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

Boto, Carlota. **Instrução Pública e Projeto Civilizador: o século XVIII como intérprete da Ciência, da Infância e da Escola**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

¹² Falar da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida (Didonet, 2001, p. 11).



Brasil. Lei n. 8.069 de 13 julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul., 1990.

Câmara, Sônia. **Sob a guarda da República**: a infância menorizada no Rio de Janeiro na década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

Dodonet, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. *In*: Educação Infantil: a creche, um bom começo. **Em Aberto**. v 18, n. 73. p. 11-27, 2001.

Fraga Filho, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. Salvador: EdUFBA, 1996.

Gondra, José Gonçalves. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. *Em foco*: A infância na história. **Educação e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 99-117, 2000.

Guimarães, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, v. 18, n. 38, p. 80-142, 2017.

Holanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^a Ed. 14^a Reimp. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Kramer, Sônia (Org.). **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5^a Ed. - São Paulo: Cortez, 1995.

Kramer, Sônia. A infância e sua singularidade. *In*: Brasil, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos. Brasília: FNDE/Estação Gráfica, 2006.

Kuhlmann Junior, Moysés. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. *In*: Monarcha, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira**: 1875-1983. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 3-30.

Kuhlmann Junior, Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. *In*: Freitas, Marcos Cezar de & Kuhlmann Junior, Moysés (orgs). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 459-503.

Kuhlmann Junior, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 3^a Ed. - Porto Alegre: Mediação, 2004.

Marcílio, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

Marcílio, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726- 1950. *In*: Freitas, Marco Cesar (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 53-80.



Marinho, Joseanne Zingleara Soares. A mãe cuidadosa também enterra os seus anjinhos: a mortalidade infantil no Piauí (1889-1945). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem - TEL**, v. 10, n. 2, p. 154-176, 2019.

Paschoal, Jaqueline Delgado; & Machado, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR on-line**, n. 33, p. 78-95, 2009.

Perea, Nayane Moreno; & Ramos, Gêssica Priscila. Construção do direito da criança pequena à educação no Brasil: história a partir do estado. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. 1-20, 2020.

Priore, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª Ed. - São Paulo: Editora Contexto, 2018.

Rizzini, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

Rizzini, Irma & Pilotti, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Rizzini, Irene; & Rizzini, Irma. **A Institucionalização de Crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004.

Rizzini, Irene. **O século perdido**: Raízes históricas das políticas públicas de para a infância no Brasil. 3ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

Soares, Aline Mendes. A trajetória das leis de amparo à infância trabalhadora no pós-abolição no Rio de Janeiro: um caminho de lutas, conflitos e negociações (1889-1930). *In*: Speranza, Clarice Gontarski & Scheer, Micaele. **Trabalho, democracia e direitos**. Vol. 1. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 469-496.

Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia. Assumptos de hygiene pública. *In*: **O Brazil-Médico**. Ano 01, n. 8. p. 57, fev. de 1897.

Torres, Rosane dos Santos. **Filhos da Pátria, Homens do Progresso**: O Conselho Municipal e a Instrução Pública na Capital Federal (1892-1902). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

Velloso, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Submetido em: 01 de novembro de 2025

Avaliado em: 16 de dezembro de 2025

Aceito em: 20 de janeiro de 2026